

## Orientações para o Registro de Entidade/Inscrição de Programa

**Os requerimentos de Registro de Entidades/Inscrição de Programas deverão estar de acordo com o disposto na Deliberação nº 904/2011 – CMDCA-Rio e Deliberação nº 1.279/2018 ASDH/CMDCA, cujo teor segue abaixo:**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA-Rio, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n.º 1.873/1992, com as alterações introduzidas pela Lei Municipal n.º 4.062/2005, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n.º 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), com as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 12.010/2009.

CONSIDERANDO que, consoante o *caput* do art. 91 da Lei Federal n.º 8.069/1990, cabe ao Conselho proceder ao registro das entidades não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente.

CONSIDERANDO que, nos termos do § 1º do art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, cabe ao Conselho manter a inscrição dos programas de proteção e socioeducativos de atendimento à criança e ao adolescente, desenvolvidos pelas entidades governamentais e não governamentais, bem como suas alterações, e deles dar ciência aos Conselhos Tutelares e à autoridade judiciária.

CONSIDERANDO o estabelecido pelas Resoluções CONANDA n.º 71 e 74, ambas de 2001, delibera:

### Capítulo I – Do Registro das Entidades Não Governamentais

**Art. 1º** - Será concedido registro às entidades não governamentais que tenham por objetivo o atendimento direto, o estudo, a pesquisa, a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente, nos termos do art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente e desta Deliberação.

**Art. 2º** - Os requerimentos de registro deverão ser protocolados pelas entidades no Protocolo Geral da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, situado à Rua Afonso Cavalcante, 455 - Térreo, Cidade Nova **(os documentos deverão ser apresentados no formato digital, em arquivo PDF com no máximo 10 MB, e em pendrive).**

**Art. 3º - Os requerimentos de registro deverão conter os documentos abaixo relacionados, cuja falta, mesmo que parcial, os fará cair em exigência, tendo a entidade um prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação dos mesmos:**

- I – requerimento inicial, dirigido ao Presidente do Conselho, subscrito pela pessoa física representante legal da entidade, desde que comprovada tal condição, e preenchimento de formulário próprio fornecido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no qual constarão as informações pertinentes ao Registro das entidades não governamentais;
- II – cópia do ato constitutivo da entidade, devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- III – documento de identidade, CPF e comprovante de residência do representante legal da entidade requerente;
- IV – CNPJ;
- V – ata de eleição da atual diretoria, com nomes e qualificação dos diretores;
- VI – Plano de Trabalho das atividades desenvolvidas para crianças e adolescentes.  
OBS.: Este documento deve conter informações sobre as atividades propostas pela ONG (de complementação ao horário escolar, formativas, culturais, esportivas e/ou de lazer etc.), gratuitas, desenvolvidas para o público infanto-juvenil (até 18 anos incompletos) e suas famílias, na cidade do Rio de Janeiro, mencionando histórico da entidade, Objetivos, Modalidade de atendimento, Atividades oferecidas, locais de execução e horários, finalidades/justificativa, público-alvo (número, faixa etária), equipe envolvida (número / formação profissional / vínculo empregatício com a entidade / cópia do instrumento de contratação do profissional – CLT, contrato de prestação de serviço, termo de voluntariado etc.), operacionalização / metodologia etc.)
- VII) - Certificado e laudo técnico de limpeza e higienização das caixas, células e reservatórios d'água e potabilidade da água;
- VIII) - Certificado e laudo técnico de desinsetização e desratização.

**§ 1º - Serão arquivados os processos das entidades que, no prazo de 30 (trinta) dias, não cumprirem as exigências estabelecidas por este Conselho.**

**§ 2º - O desarquivamento dos processos de que trata o parágrafo anterior deverá ser solicitado por meio de ofício dirigido à Presidência do CMDCA-Rio.**

Art. 4º - No exame do pedido, além de comprovar a veracidade do teor dos documentos autuados em processo próprio, a Comissão de Garantia de Direitos do CMDCA-Rio, responsável pela avaliação destes processos, deverá:

I – verificar se foram efetivamente atendidas todas as exigências relacionadas no art. 3º desta Deliberação;

II – pronunciar-se conclusivamente sobre o funcionamento da instituição, baseado em parecer de visita de um técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos;

III – na hipótese de parecer favorável, dar imediata ciência ao requerente nos autos do processo, advertindo-o da extinção e do arquivamento do processo e das outras consequências sobre um eventual funcionamento da instituição em desacordo com normas do Conselho.

§ 1º - A todas as entidades requerentes será concedido registro provisório, com validade de 6 (seis) meses, prorrogável uma vez, por igual período, com base na documentação e no Plano de Trabalho apresentados, visita técnica e parecer da Comissão de Garantia de Direitos.

§ 2º - Durante a vigência do registro provisório a entidade poderá firmar convênios, receber financiamentos diversos e fazer captação de recursos.

§ 3º - Ao final da validade do registro provisório, as entidades deverão apresentar relatório das ações que foram desenvolvidas, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado.

§ 4º - A não apresentação do referido relatório no prazo estipulado acarretará a imediata suspensão do registro provisório.

§ 5º - Mesmo que a entidade apresente o referido relatório, a Comissão de Garantia de Direitos poderá suspender o registro provisório, caso observe que não houve cumprimento do Plano de Trabalho apresentado.

§ 6º - Decorrido o prazo de validade do registro provisório, e atendidas todas as exigências contidas nesta deliberação, a entidade apresentará documentação atualizada para concessão de registro permanente, que deverá ser renovado a cada 3 (três) anos.

§ 7º - Após o vencimento do registro a entidade fica obrigada a requerer ao CMDCA-Rio a sua renovação para regularização da situação cadastral.

§ 8º - Se em até 90 (noventa) dias a entidade não apresentar requerimento para renovação do registro, seu processo será arquivado e um novo requerimento implica na concessão de registro provisório, obedecendo aos trâmites previstos nos artigos 3º e 4º da presente Deliberação.

Art. 5º - As entidades registradas ficam responsáveis por comunicar ao CMDCA-Rio qualquer mudança de endereço, telefone, composição da diretoria ou modalidade de atendimento, de forma a manter atualizados os seus dados cadastrais.

Art. 6º - As entidades registradas no CMDCA-Rio deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, na sede do Conselho, um CD com os documentos a seguir relacionados:

I – Plano de Ação do ano corrente (Anexo II);

II – Relatório de Atividades do ano anterior (Anexo III).

III - Certificado e laudo técnico de limpeza e higienização das caixas, células e reservatórios d'água e potabilidade da água; *(incluído pela Deliberação n.º 1.279/2018)*

IV - Certificado e laudo técnico de desinsetização e desratização. *(incluído pela Deliberação n.º 1.279/2018)*

§ 1º - A não apresentação da documentação referida no *caput* deste artigo implicará na suspensão do registro da entidade.

§ 2º - As entidades que desenvolvam programas de acolhimento institucional receberão visita técnica e terão seus programas reavaliados anualmente, por ocasião da entrega de tais documentos.

**Art. 7º** - De acordo com o art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes em regime de:

- I – orientação e apoio sócio-familiar;
- II – apoio sócio-educativo em meio aberto;
- III – colocação familiar;
- IV – acolhimento institucional;
- V – liberdade assistida;
- VI – semi-liberdade;
- VII – internação.

**§ 1º** - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não concede registro para funcionamento de entidades ou inscrição de programas àquelas que desenvolvem apenas atendimento em modalidades educacionais formais, tais como creche, pré-escola, ensino fundamental e médio, nos termos da Resolução n.º 71/2001 do CONANDA e Deliberação n.º 239/2001, do CMDCA-Rio.

**§ 2º** - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente concederá registro às entidades não governamentais, sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, nos termos da Lei Federal n.º 10.097/2000, da Resolução n.º 74/2001 do CONANDA e da Deliberação n.º 718/2008 do CMDCA-Rio.

**Art. 8º** - Será negado, nos termos do § 1º do artigo 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o registro à entidade que:

- I – não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- II - não apresente plano de trabalho compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- III – esteja irregularmente constituída;
- IV – tenha em seus quadros pessoa inidônea;
- V- não se adequar ou deixar de cumprir as resoluções e deliberações relativas à modalidade de atendimento prestado expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente em todos os níveis.

**Parágrafo único** – No caso de indeferimento do registro, caberá à entidade recurso, num prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a contar de sua publicação no Diário Oficial do Município.

## Capítulo II – Da Inscrição dos Programas de Proteção e Sócio-educativos das Entidades Governamentais e Não Governamentais.

Art. 9º - Proceder-se-á à inscrição dos programas de proteção e sócio-educativos destinados à criança e ao adolescente, desenvolvidos pelas entidades governamentais e não governamentais, nos termos dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 90, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 10 - Os requerimentos de inscrição deverão conter Plano de Trabalho da entidade que explice:

- I – os regimes de atendimento (art. 90 do ECA);
- II – os dados do programa;
- III – o responsável pelo programa;
- IV – o planejamento contendo informações sobre a elaboração, implementação, realização e recursos, inclusive financeiros;

§ 1º - Os incisos I a IV deverão atender às diretrizes estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente e nas resoluções e deliberações dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis.

§ 2º - Serão arquivados os processos das entidades que no prazo de 30 (trinta) dias não cumprirem as exigências estabelecidas por este Conselho.

§ 3º - O desarquivamento do processo de que trata o parágrafo anterior poderá ser solicitado por meio de ofício dirigido à Presidência do CMDCA-Rio.

§ 4º - Os programas em execução serão reavaliados pelo CMDCA-Rio a cada 2 (dois) anos.

**ANEXO I**  
**(MODELO DE REQUERIMENTO – em papel timbrado da entidade)**

**Declaração de Idoneidade**

Ilustríssimo Senhor  
 Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente –  
 CMDCA-Rio  
 Rio de Janeiro – RJ

Eu, ..... , Brasileiro(a), .. .  
 ..... , portador da identidade nº .. .  
 expedida pelo .. . e inscrito no C.P.F. sob o nº .. .  
 .. ., residente e domiciliado à .. .  
 .. ., exercendo o cargo de (dirigente, diretor, coordenador,  
 presidente) .. . da Entidade denominada .. .  
 .. ., DECLARO, para efeito de que dispõe a  
 alínea d, do parágrafo único do artigo 91 da Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da  
 Criança e do Adolescente, que não é de meu conhecimento que exista nos quadros  
 desta Entidade nenhuma pessoa, inclusive eu, cuja conduta desabone a integridade  
 moral ou que tenha, contra si, sentença condenatória criminal transitada em julgado.

Fico ciente que a falsidade dessa declaração importa no cancelamento  
 automático do Registro da mencionada Entidade no CMDCA, nos termos da  
 legislação supracitada, além das penalidades civis, criminais e administrativas  
 previstas na legislação vigente.

....., de ..... de .. .

---

(Representante Legal)

**(MODELO – em papel timbrado da entidade)**

**Requerimento de Registro de Entidade**

Ilustríssimo Senhor  
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente –  
CMDCA-Rio  
Rio de Janeiro – RJ

....., portador da  
identidade nº ....., expedida pelo .....,  
..... e inscrito no C.P.F. sob o nº ....., representante  
legal da Entidade denominada .....,  
....., localizada à .....,  
....., requer a V.Sa. que se digne conceder REGISTRO nesse  
Conselho, de acordo com o disposto no artigo 91 da Lei Federal 8.069/90 – Estatuto  
da Criança e do Adolescente. Para tanto, anexa documentação necessária,  
declarando satisfazer as condições estipuladas na legislação pertinente.

....., de ..... de .....

---

(Representante Legal)

## FORMULÁRIO DE REGISTRO DE INSTITUIÇÃO

Denominação

Sigla

Endereço

Bairro

CEP

C. Postal

Telefone

Fax

E-mail

CAS

Nome do Responsável

Função do Responsável

CNPJ

Nome do(s) projeto(s) apresentados pela instituição

### Do Estatuto da Instituição

Comarca do Estado  
Do Estado

Cartório do Estado

Nº de Registro do Estado

Dt. De Reg.



## FORMULÁRIO DE REGISTRO DE INSTITUIÇÃO

### Dos Títulos de Utilidade Pública (caso a instituição possua)

Decreto/ Lei Federal

Dt. de Publicação do Decreto/ Lei Federal

Decreto/ Lei Estadual

Dt. de Publicação do Decreto/ Lei Estadual

Decreto/ Lei Municipal

Dt. de Publicação do Decreto/ Lei Municipal

### Natureza

Governamental

Não Governamental

## FORMULÁRIO DE REGISTRO DE INSTITUIÇÃO

### OBJETIVOS GERAIS

(Breve resumo dos objetivos / missão da entidade, constantes do Estatuto da Entidade).

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

(também retirados do Estatuto da Entidade).



**(MODELO – em papel timbrado da entidade)**  
**Requerimento de Inscrição de Programa**

Ilustríssimo Senhor  
 Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA-Rio  
 Rio de Janeiro – RJ

....., portador da identidade nº ....., expedida pelo ..... e inscrito no C.P.F. sob o nº .....  
 ...., representante legal da Entidade denominada .....  
 ...., localizada à .....  
 ...., venho requer a V.Sa. que se digne conceder INSCRIÇÃO nesse Conselho, do PROGRAMA  
 denominado ....., localizado à .....  
 ...., em funcionamento de acordo com  
 o(s) regime(s) de .....  
 ....  
 ....; de acordo com o disposto no artigo 90, parágrafo  
 único, da Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Para tanto, anexa documentação  
 necessária, declarando satisfazer as condições estipuladas na legislação pertinente.

....., de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
 (Representante Legal)

## FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DE PROGRAMA

Nome

Endereço

Bairro

CEP

C. Postal

Tel.

Fax

E-mail

Dt. de Início

Dt. de Término

Público Alvo

Idade de  até

Sexo M

F

## FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DE PROGRAMA

### OBJETIVOS GERAIS

(Breve resumo, retirados do programa / projeto, pois estas informações devem constar obrigatoriamente no Plano de Trabalho apresentado pela instituição).



## FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DE PROGRAMA

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

(Breve resumo, retirados do programa / projeto, pois estas informações devem constar obrigatoriamente no Plano de Trabalho apresentado pela instituição).

## FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DE PROGRAMA

Bairros onde o programa / projeto é desenvolvido:

## ANEXO II

### MODELO DE PLANO DE TRABALHO

#### I- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1- Nome da Entidade:
- 1.2- Endereço da Entidade:
- 1.3- Bairro:
- 1.4- CEP:
- 1.5- Telefone: Fax:
- 1.6- E-mail:
- 1.7- CNPJ:
- 1.8- Data de Fundação:
- 1.9- Técnico Responsável:

#### II- TÍTULO DO PROJETO

- III- SUMÁRIO DA PROPOSTA
- IV- CONTEXTO DO PROJETO
- V- PÚBLICO ALVO (Número, faixa etária)
- VI- OBJETIVOS (GERAL E ESPECÍFICOS)
- VII- JUSTIFICATIVA
- VIII- METODOLOGIA
- IX- EQUIPE
- X- CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES
- XI- SISTEMA DE AVALIAÇÃO

### ANEXO III

#### MODELO DE RELATÓRIO DE ATIVIDADES

##### I- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1- Nome da Entidade:
- 1.2- Endereço da Entidade:
- 1.3- Bairro:
- 1.4- CEP:
- 1.5- Telefone: Fax:
- 1.6- E-mail:
- 1.7- CNPJ:
- 1.8- Data de Fundação:
- 1.9- Técnico Responsável:

##### II- ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO ANTERIOR

##### III- PÚBLICO ATENDIDO

##### IV- ORIGEM DOS RECURSOS

##### V- INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL – Espaço físico, materiais permanentes e de consumo, equipe.